

BanQi Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 30 de junho de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Sócios e Administradores do
BanQi Instituição de Pagamento Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BanQi Instituição de Pagamento Ltda em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 3, referente à reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2021. Essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas em conformidade com os requisitos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, objetivando retificar inconsistências apontadas em exercício anterior decorrentes do não reconhecimento do crédito tributário apurados em 2019 e 2020 e, portanto, refletir os ajustes de contabilização realizados visando uma melhor compreensibilidade das demonstrações financeiras da Instituição, bem como refletir o adequado valor dos ativos, resultado e patrimônio líquido da Instituição na data-base de 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Baixa de valores a receber – partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que menciona a baixa para o resultado de operação de mútuo a receber realizado com a CarrierEQ no montante de R\$ 27.723 mil, decorrente de remissão de dívidas negociada entre as partes. Por se tratar de operação com parte relacionada, os resultados desta operação poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas com terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Cessão de recebíveis

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que apresentam valores classificados como 'Contas a receber clientes' os quais estão em processo de cessão a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), que ainda se encontra em fase de estruturação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Realização do crédito tributário

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, referente ao registro de créditos tributários no montante de R\$ 92.225 mil realizado pela Administração. O estudo que suporta o reconhecimento dos referidos créditos tributários está baseado em premissas que estimam o crescimento de receitas, decorrente do aumento dos clientes, lançamentos de novos produtos e ganhos de sinergia e eficiência operacional. A realização dos créditos tributários no futuro depende da efetiva concretização dessas premissas suportadas pelas ações tomadas pela Administração. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

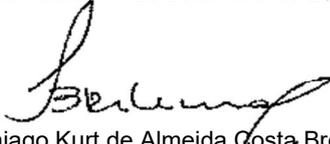
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de setembro de 2022



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Contador CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Balço Patrimonial

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Reapresentado	
		30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante		216.387	192.524
Disponibilidades	5	78.797	81.462
Caixa e equivalentes de caixa		78.797	81.462
Títulos e Valores Mobiliários	6	45.598	21.042
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	40.321	33.026
Contas a receber de clientes	7	13.220	6.610
Relações interfinanceiras	-	3.556	5.257
Valores a receber – partes relacionadas	8	3.804	27.723
Instrumentos Financeiros		106.499	93.658
Adiantamentos e despesas antecipadas	-	5.236	1.660
Outros valores e bens		5.236	1.660
Outros créditos	-	25.855	15.744
Outros créditos		25.855	15.744
Ativo não circulante		125.268	77.018
Ativos fiscais diferidos	23	92.225	63.625
Ativos fiscais correntes	-	2.436	286
Outros créditos		94.661	63.911
Imobilizado	-	2.409	1.149
(-) Depreciação acumulada	-	(339)	(159)
Imobilizado	9	2.070	990
Intangível	-	31.418	14.140
(-) Amortização acumulada	-	(2.881)	(2.023)
Intangível	10	28.537	12.117
Total do ativo		341.655	269.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanco Patrimonial

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Notas</u>	<u>Reapresentado</u>	
		<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante		102.924	96.478
Depósitos	11	36.113	29.329
Relações interfinanceiras - obrigações	12	32.128	31.501
Fornecedores - país	13	22.510	22.183
Fornecedores - exterior	13	819	16
Depósitos e demais instrumentos financeiros		91.570	83.029
Obrigações sociais e trabalhistas	14	7.721	10.768
Impostos e contribuições a pagar	15	3.633	2.681
Outras obrigações		11.354	13.449
Passivo não circulante		65.195	65.762
Fornecedores - país	13	54.896	55.886
Demais instrumentos financeiros		54.896	55.886
Provisão para demandas judiciais	16	195	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	762
Outras obrigações		195	762
Resultado de exercícios futuros		10.104	9.114
Patrimônio líquido		173.536	107.302
Capital social	19	69.870	69.870
Adiantamento para futuro aumento de Capital	19	287.950	166.608
Reserva de capital	-	1.083	559
Prejuízos acumulados	-	(185.367)	(129.735)
Total do passivo e patrimônio líquido		341.655	269.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reapresentado
	Notas	30/06/2022	30/06/2021
Receita de Intermediação Financeira	20	45.098	5.326
Rendas Com Títulos e Valores Mobiliários	-	3.908	469
Rendas por Serviços de Pagamento	-	41.190	4.725
Rendas de Outros Serviços	-	-	132
Despesa de intermediação financeira	-	(14.012)	(5.224)
Despesas com operações conta digital	21	(14.012)	(5.224)
Resultado Bruto Operacional	-	31.086	102
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(115.318)	(43.377)
Despesa de Pessoal	22	(38.462)	(20.992)
Despesas Administrativas	22	(20.853)	(20.677)
Despesas Tributárias	-	1.092	(357)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	(57.095)	(1.351)
Resultado Operacional	-	(84.232)	(43.275)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	(84.232)	(43.275)
IRPJ e CSLL Diferidos	23	28.600	36.713
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE		(55.632)	(6.562)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>Reapresentado</u> <u>30/06/2021</u>
Prejuízo do semestre *	(55.632)	(6.562)
Resultado abrangente do semestre	----- ----- -	----- ----- -
Resultado Abrangente Total	<u><u>(55.632)</u></u>	<u><u>(6.562)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de capital	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados Reapresentado	Totais Reapresentado
Eventos					
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	9.000	16.178	-	(69.646)	(44.468)
Aumento de Capital	9.000	-	-	-	9.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	35.700	-	-	35.700
Pagamento baseado em ações	-	-	140	-	140
Prejuízo do período (Reapresentado)	-	-	-	(6.562)	(6.562)
Saldos em 30 de Junho de 2021 (Reapresentado)	18.000	51.878	140	(76.208)	(6.190)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021 (Reapresentado)	69.870	166.608	559	(129.735)	107.302
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	121.342	-	-	121.342
Pagamento baseado em ações	-	-	524	-	524
Prejuízo do Semestre	-	-	-	(55.632)	(55.632)
Saldos em 30 de Junho de 2022	69.870	287.950	1.083	(185.367)	173.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Fluxo de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do semestre:	(55.632)	(6.562)
Ajustes de valores que não impactam caixa:	(26.844)	(36.382)
IRPJ e CSLL Diferido	(28.600)	(36.713)
Depreciação e amortização	1.037	331
Provisão para demandas judiciais	195	-
Pagamento baseado em ações	524	-
(Aumento)/redução dos ativos operacionais:	(28.678)	(47.554)
Títulos e Valores Mobiliários e aplicações interfinanceiras.	(31.851)	(45.487)
Contas a receber	(6.610)	(273)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(3.576)	(40)
Outros créditos	(10.111)	1.515
Ativos fiscais correntes	(2.150)	(193)
Valores a receber – partes relacionadas	23.919	(220)
Relações interfinanceiras	1.701	(2.856)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais:	5.685	53.540
Conta de pagamento pré-paga (Depósitos)	6.784	52.971
Relações interfinanceiras - obrigações	627	107
Fornecedores - país	(662)	(12.975)
Fornecedores - exterior	803	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.047)	2.829
Impostos e contribuições a pagar	951	764
Valores a pagar a sociedades ligadas	(761)	-
Receitas de exercícios futuros	990	11.246
Provisão para pagamentos a efetuar	-	(1.402)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(105.469)	(36.958)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.260)	(823)
Aquisição de intangível	(17.278)	(6.594)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(18.538)	(7.417)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	8.992
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	121.342	35.848
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	121.342	44.840
Aumento/(redução) caixa e equivalentes de caixa	(2.665)	465
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	81.462	2.126
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	78.797	2.591
Aumento/(redução) caixa e equivalentes de caixa	(2.665)	465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O BanQi Instituição de Pagamento Ltda é uma Instituição que oferece conta digital gratuita para todos, promovendo a inclusão de toda a população nos serviços financeiros. O início se deu com a parceria fechada em setembro de 2018, entre a Via e a Airfox, fintech americana de meios de pagamento, fundada pelo brasileiro Victor Santos e pela coreana Sara Choi — dois ex-funcionários do Google na Califórnia. Em maio de 2020, a Via adquiriu 100% do banQi e a proposta de oferecer serviços financeiros acessíveis, eficientes e gratuitos à população brasileira ficou ainda mais forte. No primeiro trimestre de 2020, atingimos 1M de downloads, mais de 300% de crescimento no pagamento de boletos e 117% de aumento em carnês Casas Bahia digitalizados.

Em 01 de setembro de 2021 o banQi obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos nas modalidades emissora de moeda eletrônica e gerenciando contas de pagamentos pré-pagas. Em decorrência da autorização, passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

A Empresa é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada na avenida Rebouças n ° 3970, Pinheiros, São Paulo – SP.

Em seus arranjos de pagamentos, a Instituição também desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-paga dos seus usuários finais. Em todos os seus arranjos de pagamentos atua habilitando a aceitação dos instrumentos de pagamentos por estabelecimentos comerciais, seja no papel de instituição de pagamentos emissora de moeda eletrônica, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pré-pagas ou como instituição de pagamento credenciadora.

O plano de negócio do banQi prevê o crescimento no número de usuários registrados, ativos e transacionando, além de aumento no volume transacionado. Usuários engajados e retidos, transacionam mais, gastam mais, cancelam menos e utilizam mais produtos, o que, com o passar dos anos, resultará em geração de lucros. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição.

A Instituição atua como uma instituição de arranjo de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências entre usuários e comerciantes dentro do território nacional.



2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	4.748/19

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela diretoria em 31 de agosto de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Instituição, estão descritas nas notas explicativas específicas vide a seguir.

3.1 Reapresentação das demonstrações financeiras de 2021

Estas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas de forma espontânea pela Administração da Companhia em conformidade com os requisitos do CPC 33 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, objetivando registrar créditos tributários dos anos de 2019 e 2020, conforme nota explicativa nº 23.

Os erros foram reconhecidos pela reapresentação de cada um dos itens afetados nas demonstrações financeiras, conforme segue:

Impactos no Balanço

	31/12/2021 Saldo divulgado anteriormente	Ajustes	31/12/2021 Reapresentado
Ativo não circulante			
Ativos fiscais diferidos	41.603	22.022	63.625
Totais:	41.603	22.022	63.625
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(151.757)	22.022	(129.735)
Totais:	(151.757)	22.022	(129.735)



Impactos nas Demonstrações de resultado

	30/06/2021 Saldo divulgado anteriormente	Ajustes	30/06/2021 Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			
IRPJ e CSLL Diferidos	14.691	22.022	36.713
Totais:	14.691	22.022	36.713
Prejuízo líquido do semestre	(28.584)	22.022	(6.562)
Totais:	(28.584)	22.022	(6.562)

Impactos nas Demonstrações do Fluxo de Caixa

	30/06/2021 Saldo divulgado anteriormente	Ajustes	30/06/2021 Reapresentado
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Ativos fiscais diferidos	14.691	22.022	36.713
Total dos ajustes no Fluxo de caixa de atividades operacionais:	14.691	22.022	36.713

3.2 Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atual ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio.

3.5 Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador classificados nas categorias:

Títulos para negociação – Títulos valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados a valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.



Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Em conformidade com a Resolução do BCB nº 4.748, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez – Refere-se à aplicação de saldos vinculados às contas pré-pagas e saldos vinculados à liquidação financeira – Agenda Mastercard. As operações compromissadas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – impairment – O banQi efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

3.6 Depósitos

Depósitos correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no app banQi e estão avaliados pelos valores de liquidação.

3.7 Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard e BTG relativos às operações de pré-pagas.

3.8 Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelo comissionamento e remuneração dos produtos de marketplace e serviços ofertados através do APP banQi.

3.9 Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

3.10 Imobilizado

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.



3.11 Intangível

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/2020, ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

O banQi reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração.

Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de software foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de engenharia e tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos e software desenvolvido internamente, e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada e testados por perda ao valor recuperável (“*impairment*”) pelo menos, uma vez por ano ou quando há evidências de ocorrência de perdas em período menor que um ano.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída, que na média é de 5 anos.

3.12 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras. Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável;

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;
- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa;
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras. Anualmente avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.



Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.14 Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são constituídos com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. São calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

3.15 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Instituição avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização por meio de indicadores externos e internos.

Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa de futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado

(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:

A Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas e representativas das vidas úteis destes.

(iii) Projeção de lucro fiscal futuro para a realização de ativos fiscais diferidos:

A realização de ativos fiscais diferido está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenários macroeconômicos, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.



3.16 Remuneração baseada em ações

Opções outorgadas

A Via mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados da Via no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Via; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Via.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em abril de 2022, o Conselho de Administração da Via, aprovou a assinatura dos aditivos com os executivos beneficiários do Plano de Opções de Compra de Ações, aprovado na AGE de 02 de setembro de 2019, para fins de alteração e alongamento do prazo de vesting da metade das opções de compra de ações, cujo prazo original de vesting estaria concluído em 12 de julho de 2022, correspondente à 30% (trinta por cento) do total do plano mencionado. Com o alongamento do plano, o beneficiário terá o direito de receber opções de compra em 7 parcelas a partir do julho de 2022 na proporção dos seguintes percentuais: (i) 30% do prêmio em Julho de 2022; (ii) 20% do prêmio em Julho de 2023 e Julho de 2024; e (iii) 8% do prêmio em Maio de 2024, Maio de 2025, Maio de 2026 e Maio de 2027.

Em Agosto de 2020, a Via outorgou 18.882 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Via ou sociedade sob seu controle até o término do vesting, previsto para o mês de julho de 2025, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 3 parcelas na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio 1º vesting; (ii) 30% do prêmio, 2º vesting e (iii) 30% do prêmio no último vesting.

Em Abril de 2021, a Via outorgou 160.545 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Via ou sociedade sob seu controle até o término do vesting, previsto para o mês de abril de 2026, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 3 parcelas na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio 1º vesting; (ii) 30% do prêmio, 2º vesting e (iii) 30% do prêmio no último vesting.

Em maio de 2022, a Via outorgou 749.584 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Via ou sociedade sob seu controle até o término do vesting, previsto para o mês de abril de 2027, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 4 parcelas de 25% ao ano, a partir do segundo aniversário da data da outorga/concessão.

O total da despesa Via, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, foi de R\$20 (R\$28 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (“Phantom Shares”)

Em 30 de junho de 2022, não há valores registrados no passivo circulante correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais (R\$13 em 31 de dezembro de 2021).

No semestre findo em 30 de junho de 2022, em virtude da queda registrada no valor da ação, foi reconhecido um estorno de provisão no montante de R\$5. Sendo assim, o valor final de provisão de encargos de R\$ 8.

3.17 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.



3.18 Novas normas contábeis aplicáveis

Os novos normativos aplicáveis com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 estão listados a seguir:

Resolução BCB 66/21 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido.

Resolução BCB 92/21 - Dispõe sobre a utilização do padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Resolução BCB 120/21 - Dispõe sobre observação no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Além dos CPCs, a resolução traz direcionamento para tratamento de transações em moeda estrangeira, mensuração de ativos e passivos e critérios para escrituração contábil.

Resolução BCB nº 168/21 - Dispõe sobre critérios contábeis na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial e sobre os procedimentos operacionais para a elaboração desses documentos e altera o art. 4º da Resolução 146, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e remessa do relatório do conglomerado prudencial.

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Os impactos decorrentes da aplicação desta norma estão em avaliação. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 219/22- Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resolução CVM nº 4.966/21- Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Para a Resolução BCB nº 219/22 e Resolução CVM nº 4.966/21, a instituição deve divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição.

3.19 Resultado por ação

Conforme facultado às instituições de pagamento pela Resolução BCB 2/2020, parágrafo 5º do artigo 5º, a Administração optou por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

3.20 Outros créditos

A Instituição atua como uma instituição de arranjos de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências.

Em seus arranjos a Instituição desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-pagas dos seus usuários finais, ofertando diversos produtos financeiros através do seu app.



3.21 Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços e repasse de comissões no curso normal das atividades da Instituição.

4. Principais estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Instituição, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Instituição e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis: a Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

5. Disponibilidades

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e Disponibilidades em moeda nacional	78.797	81.462
Total:	78.797	81.462



6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira própria	45.598	21.042
Vinculados a prestação de garantias	40.321	33.026
Total	85.919	54.068

	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Carteira própria	21.442	24.156	45.598
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	21.155	21.155
FIDC - banQi	21.442	-	21.442
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	3.001	3.001
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	40.321	40.321
Vinculados a prestação de garantias - operações compromissadas(i)	-	40.321	40.321
Total	21.442	64.477	85.919

(i) As operações compromissadas são vinculadas as contas pré-pagas e estão aplicadas em LFT e lastreada na SELIC28.

7. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Receber (i)	13.220	6.610
Total:	13.220	6.610

	<u>30/06/2022</u>			
<u>banQi</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Até 15 dias</u>	<u>Até 30 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>
Marketplace	-	-	-	9.967
Via	-	-	-	3.253
Total (i)	-	-	-	13.220

(i) Comissão do banQi referente a efetivação de transações com parceiros de negócios, através das transações realizadas via app.

	<u>31/12/2021</u>			
<u>banQi</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Até 15 dias</u>	<u>Até 30 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>
Marketplace	-	-	-	3.715
Via	-	-	-	2.895
Total (i)	-	-	-	6.610

(i) Aumento do saldo de contas a receber decorrente do aumento os números de usuários do app banQi, utilizando os serviços de parceiros disponível no app.



8. Valores a receber – partes relacionadas

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a Receber – Via varejo (i)	3.804	-
Valores a Receber – CarrierEQ (ii)	-	27.723
Total:	3.804	27.723

	<u>30/06/2022</u>				<u>Total</u>
	<u>Até 15 dias</u>	<u>Até 30 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>acima 91 dias</u>	
Partes relacionadas	-	593	1.170	2.041	3.804
Total (i)	-	593	1.170	2.041	3.804

	<u>30/12/2021</u>				<u>Total</u>
	<u>Até 15 dias</u>	<u>Até 30 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>acima 91 dias</u>	
Partes relacionadas	-	-	-	27.723	27.723
Total (ii)	-	-	-	27.723	27.723

(i) Referem-se aos valores a receber decorrente de operações relacionadas com a Via.

(ii) Os saldos a receber com partes relacionadas referem-se a valores emprestados por meio de contratos de mútuos a CarrierEQ, parte relacionada sediada nos Estados Unidos. Em junho de 2022 o banQi e a CarrierEQ firmaram o termo de total remissão de dívida.

9. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2022</u>
Computadores e periféricos	984	1.420	(337)	2.067
Móveis e utensílios	6	-	(2)	3
Total	990	1.420	(339)	2.070

	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
Computadores e periféricos	788	301	(105)	984
Móveis e utensílios	-	6	-	6
Total	788	307	(105)	990

As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a Receita Federal são as seguintes:

Item	Taxa anual de Depreciação
Móveis e utensílios	10%
Computadores e Periféricos	20%



10. Intangível

A Instituição investe em contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes.

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Saldo em 30/06/2022</u>
Proj. des. Intern.- Concluídos	5 anos	11.633	749	-	(768)	11.613
Proj. des. Intern.- Andamento		347	16.577	-		16.924
Software		137	-	(48)	(89)	0
Total		12.117	17.326	(48)	(857)	28.537

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em 30/06/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Proj. des. Intern.- Concluídos	5 anos	4.283	9.032	-	(1.682)	11.633
Proj. des. Intern.- Andamento		2.048	-	(1.701)		347
Software		106	48	-	(17)	137
Total		6.437	9.080	(1.701)	(1.699)	12.117

11. Depósitos

Correspondem a operações envolvendo as obrigações contraídas pelo banQi junto a seus clientes, usuários do aplicativo banQi e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração aos clientes, assim como valores transitórios das operações efetuadas pelos clientes.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos	36.113	29.329
Total	36.113	29.329

12. Relações interfinanceiras - obrigações

O banQi participa do arranjo de pagamento da Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda. ("Master"), sendo autorizada a emitir e operar produtos de cartão de débito com a bandeira. Nas transações de cartão pré-pago os valores utilizados afetam diretamente a conta digital do cliente e, em contrapartida, a banQi se compromete a honrar os montantes com a Master em D+27 nacional e D+1 internacional, mediante liquidação de agenda.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a pagar de cartões pré-pagos (i)	21.155	21.809
Outros	8.404	3.951
Obrigações com PIX - BTG Pactual	2.569	5.741
Total	32.128	31.501

(i) Refere-se a valores de liquidação de grade junto à Mastercard.



13. Outras obrigações

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contrato de Parceria – Mastercard	61.464	59.999
Fornecedores diversos – nacional	15.942	18.070
Fornecedores diversos – exterior	819	16
Total:	78.225	78.085

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Férias e 13º Salário	5.647	2.721
Impostos sobre folha	1.982	974
Remuneração baseada em ações	92	105
Bônus	-	6.968
Total:	7.721	10.768

15. Impostos e contribuições a pagar

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Encargos sobre folha de pagamento	2.912	2.067
Imposto sobre serviços - ISS	557	283
Tributos retidos na fonte sobre serviços terceiros	154	329
Outros	10	2
Total:	3.633	2.681

16. Provisão para demandas judiciais

O banQi, com base nas informações de seus assessores jurídicos, constituiu a provisão em 20 de junho de 2022 no montante de R\$ 195, considerando suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas classificadas como perdas prováveis.

Provisões	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	136	-
Cíveis	59	-
Total	195	-

Existem processos cíveis classificados como perdas possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 184.

17. Pessoal Chave

A administração chave inclui diretores que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade. Em 30 de junho de 2022, o banQi manteve transações com pessoal-chave da administração: despesas com remuneração de R\$ 1.991 incluindo encargos sociais.



18. Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas de acordo com condições negociadas entre o banQi e a Via, as quais são apresentadas de acordo com os custos e preços da prestação de serviços, conforme contratos firmados entre as partes.

Em 30 de junho de 2022 a Instituição apresentou os seguintes saldos de transações com partes relacionadas:

<u>Ativo:</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Relações Interfinanceiras	3.545	5.244
Contas a receber	3.253	30.618
Total:	6.798	35.862
<u>Passivo:</u>		
Transações de Pagamento	3.097	3.617
Fornecedores	5.000	5.000
Total:	8.097	8.617
<u>Resultado:</u>		
Rendas por serviços de pagamentos	6.254	4.945
Total:	6.254	4.945

19. Capital Social

O capital social da Instituição é de R\$ 69.870, sendo dividido em 69.870 (sessenta e nove milhões, oitocentos e setenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, distribuídas entre os sócios.

Nome dos sócios:	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
CarrierEQ Inq.	999.900	999.900	1,43%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	68.870.100	68.870.100	98,57%

A administração deliberou futuro aumento de capital, no montante de R\$ 287.950 a ser futuramente subscrito quando da aprovação pelo Banco Central do Brasil – BACEN

A destinação de resultado previsto em contrato social poderão ser:

- a) distribuídos aos sócios, proporcionalmente ou não, à participação no capital social ou;
- (b) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizados

Parágrafo Único - A critério dos sócios, a Instituição poderá levantar balanços intermediários para fins contábeis ou para distribuição antecipada de lucros.



20. Receita de intermediação financeira

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Rendas por Serviços de Pagamento	41.190	4.725
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	3.908	469
Rendas com outros serviços	-	132
Total:	45.098	5.326

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Serviços de pagamentos	36.697	1.684
Rendas Recarga de celular	1.720	-
CDC- convertido	769	-
Gift cards	636	-
Mastercard -Upfront	424	1.916
Pagamento de boletos e contas	393	-
Recarga de transporte	200	-
banQi como moeda	117	-
Shopping banQi	89	-
Marketplace	37	-
Interchange	83	1.125
CDC em atraso	25	-
Total de Rendas por serviços de pagamentos	41.190	4.725

CDB - Certificado de depósito bancário	2.166	469
Rendas de títulos compromissadas	327	-
Rendas de títulos públicos	380	-
FIDC – Valorização de cotas	1.035	-
Total de Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	3.908	469

21. Despesas com intermediação financeira

No curso do processo de geração de suas receitas, o banQi incorre em diversos custos envolvendo sua parceria operacional, tais como as tarifas cobradas pelas transações efetuadas através do pix, tarifas de emissão de boletos, custos de licença pagas a bandeira Mastercard entre outros. No semestre findo em 30 de junho de 2022, os principais custos estavam assim apresentados

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Manutenção de conta digital	14.012	5.224
Total	14.012	5.224



22. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Proventos e encargos sociais	35.808	20.162
Despesas com publicidade e propaganda	5.778	3.671
Despesas administrativas	5.489	8.508
Despesas com incentivos	5.299	7.524
Serviços técnicos, especializados e de terceiros	2.853	245
Benefícios	2.141	602
Depreciação e amortização	1.037	344
Despesas com plano de ações	513	228
Aluguéis	326	252
Despesas com tributos	40	100
Despesas com viagens eventos e locomoções	31	63
Total:	59.315	41.699

23. Impostos sobre os lucros

O banQi registrou até 30.06.2022 saldo de IRPJ e CSLL diferidos, não houve saldo corrente para estes impostos até o presente momento.

A reapresentação do saldo refere-se ao registro do crédito tributário dos anos de 2019 e 2020 no valor de 5.260 e 16.763 respectivamente, que não haviam sido registrados nos períodos citados.

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
		*Reapresentado
Ativo fiscal diferido – IRPJ (i)	21.032	27.253
Ativo fiscal diferido – CSLL (ii)	7.568	9.474
Varição dos tributos diferidos ativos	28.600	36.727
IRPJ	-	(10)
CSLL	-	(4)
Total:	28.600	36.713

(i) Saldo referente ao crédito tributário diferido de Imposto de Renda sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias do 1º semestre de 2022.

(ii) Saldo referente ao crédito tributário diferido de Contribuição Social sobre a base negativa e sobre as diferenças temporárias do 1º semestre de 2022 a alíquota de 9%.

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
		*Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(84.232)	(43.275)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	28.639	14.714
Bônus diretoria	536	
Outras diferenças permanentes	(575)	(23)
Reconhecimento de impostos diferidos decorrente de exercícios anteriores	-	22.022
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>28.600</u>	<u>36.713</u>
Diferido reconhecido por meio do resultado	<u>28.600</u>	<u>36.713</u>
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	28.600	36.713



O banQi registrou saldo de créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias dado que as projeções do estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários demonstram que haverá lucro tributável suficiente nos anos subsequentes para consumir os créditos dentro do prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme plano de negócio da entidade.

Com base na resolução BCB nº15/2020 nos termos do Artigo 4º, § 2º, I da referida resolução, o banQi considerou que a Companhia está dispensada de apresentar lucro em períodos anteriores pois foi constituída a menos de 5 cinco anos – em 2018.

	Saldo em 31.12.2021 Reapresentado	Constituição	Saldo em 30.06.2022
Prejuízo fiscal e Base Negativa	57.468	25.105	82.572
Diferenças temporárias	6.157	3.495	9.653
Total	63.625	28.600	92.225

Conforme demonstrado no estudo técnico a expectativa de utilização do crédito é demonstrada a seguir:

Realização do Ativo Diferido	
<u>Ano</u>	<u>Saldo realizado</u>
2022	4.515
2023	-
2024	9.674
2025	42.043
2026	35.993
	92.225

O valor presente dos créditos tributários considerando o prazo de realização é de 56.600.

24 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2022 não houve resultado classificado como não recorrente.

25. Gestão de riscos

25.1 Gerenciamento de riscos

O banQi possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez incorridos pela instituição, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento. A governança desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da instituição.

25.2 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro. O risco de crédito na Instituição pode decorrer das exposições com outras instituições financeiras, parceiros comerciais, operacionais ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, valores operacionais a receber, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

Importante reforçar que o banQi, como instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, não realiza operações de crédito direto para seus usuários.



- Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada, mas não limitada, a alocação em instituições com avaliação “AAA”, ao menos “BB” ou superior, em detrimento das agências referências de rating. Com base na avaliação de risco do banQi, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

- Investimentos financeiros: Se referem principalmente a ativos com alto nível de liquidez, sendo grande parte atrelados a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa de perda de crédito reconhecida para esses ativos.

- Valores a receber de parceiros operacionais e adquirentes: A Instituição reconhece os valores a receber das empresas com quem mantém relacionamento comercial de acordo com escopo de respectivas atividades e em detrimento aos processos que são provenientes dos usuários executando as transações relacionadas aos serviços disponíveis. Esses recebíveis têm alto nível de liquidez e risco com relevância imaterial.

Para a continuidade das operações, o banQi utiliza uma combinação de parceiros a fim de diversificar a exposição ao evitar a concentração dos riscos de contraparte, operacional e liquidez. Entre as principais empresas parceiras, estão o Banco Santander, Banco Bradesco, BTG Pactual, a Mastercard, Banco Daycoval, BMP, Genial e a Dock Serviços Financeiros.

Adicionalmente, tais empresas possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber das contrapartes, consumidores e estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, controles de conformidade, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento.

Para o nosso modelo de negócio atual o arranjo de pagamento, a Administração do banQi não considera provável perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude. O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros.

25.3 Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos e passivos financeiros ou investimentos aumentarem ou diminuírem como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado. Em 30 de junho de 2022, a Instituição não possuía instrumentos financeiros derivativos, sendo somente instrumentos de baixa complexidade, com exposição imaterial, inclusive diante o risco de taxa de juros e cambial.

25.4 Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez do banQi incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.

O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Instituição tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas.

As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.



Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que o banQi não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.

A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em a menor "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

25.5 Risco de fraude

A Instituição está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do banQi. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do banQi. Dentro desse cenário, a Instituição está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs).

A Instituição possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

25.6 Estrutura Governança de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do banQi é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Instituição, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos do banQi permeia a Instituição como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

Assim, a Administração do banQi adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- Primeira linha de defesa: funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- Segunda linha de defesa: consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- Terceira linha de defesa: composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do banQi é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Instituição. Os principais comitês e fóruns estão descritos abaixo:



25.7 Comitê de Governança, Riscos e Compliance

- Acompanhar a efetividade das atividades e das ações relacionadas a gestão de Riscos e Controles Internos;
- Apreciar o relatório anual da estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez e os testes de aderência realizados pela Área de Gestão de Riscos e Compliance, determinando as ações e providências que se fizerem necessárias;
- Deliberar sobre situações excepcionais não claramente previstas nesta Política;
- Recomendar eventuais providências, ajustes ou revisões no relatório anual de estrutura de gerenciamento de Riscos de Liquidez.

25.8 Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Instituição e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O banQi possui uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e eficácia do controle. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados nos fóruns técnicos de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

26. Eventos subsequentes

O banQi Instituição de Pagamento Ltda, em 04 de julho de 2022, recebeu da controladora Lake Niassa o montante de R\$ 20.000 (Vinte milhões de reais) a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

* * *